

JOÃO RODRIGUES DE SÁ DE MENESES NA CORTE DE D. MANUEL

Quando a rainha D. Leonor e o então ainda Duque de Beja receberam, em Alcácer do Sal, a notícia da morte de D. João II, numa segunda-feira, 25 de Outubro de 1495, João Rodrigues de Sá de Meneses ainda mal tinha entrado na adolescência: teria 10 ou 11 anos. Vinte e sete anos depois, à data da morte do Venturoso, nos últimos dias de 1521, encontrava-se em plena idade adulta, com 37 ou 38 anos. Nesse quarto de século, o herdeiro da casa dos Sás viveu na corte um percurso ascensional que o havia de tornar num mito para essa geração de poetas a que também pertenceu o seu filho Francisco de Sá de Meneses. Foram esses, talvez, os anos mais importantes de uma vida excepcionalmente longa, que havia de estender-se até ao dia 25 de Janeiro de 1579, dia em que morreu com a propecta idade de 92 ou 93 anos.

Numa carta de forte tonalidade autobiográfica, que dirigiu à viúva de D. João III, com a data de 17 de Março de 1559, o alcaide-mor do Porto recorda resumidamente esses anos passados na corte manuelina:

Eu, Senhora, servi El-Rei Dom Manuel, vosso sogro (que está em glória) dês que ele começou de reinar neste Reino e desde muito moço sempre dele recebi favor e muita esperança de me fazer mercê. Como comecei de ser homem, fui a África per vezes e nela estive mais de dous anos, em companhia de Dom João de Meneses e do Conde de Borba, meus tios. E El-Rei que está em glória, dês que foi de quatro ou cinco anos, sempre o servi, em companhia de meu tio Dom João, seu camareiro-mor. E em todas as cousas que em África se fizeram em meu tempo fui presente e companheiro, e as mais notáveis dela, como foi o socorro d' Arzila e a tomada d' Azamor e cercos d' Arzila e de Tânger. E El-Rei Dom Manuel me mandou duas vezes a Castela, a negócios de muita importância, que fiz com muita diligência e fieldade. E nas cousas da paz continuamente servi na Corte, com despesa da fazenda de meu pai e minha. E a Sabóia fui por seu mandado. E finalmente, não ficou cousa de paz nem de guerra em que o não servisse. Quisera vivas mais testemunhas que Dom Aleixo de Meneses; mas ele é

tanto mais virtuoso e verdadeiro que meu parente (sendo o mais que pode ser) que não dirá a Vossa Alteza senão a verdade, que é esta que lhe digo. E a mesma lhe dirá o Arcebispo de Lisboa.¹

De acordo com estas palavras de João Rodrigues de Sá de Meneses, escritas quando já tinha chegado aos setenta anos e iam escasseando os que poderiam confirmar as suas afirmações, a sua presença na Corte foi uma constante durante todo o reinado manuelino. E, se já ia faltando quem com ele tivesse vivido os acontecimentos dessas duas primeiras décadas de quinhentos, Damião de Góis, o cronista de D. Manuel, reconhecia em Sá de Meneses uma testemunha privilegiada dos acontecimentos desse período. Não só invoca o seu nome como fonte de informação, como ostensivamente o apresenta como garante da verdade contida no seu relato historiográfico:

[...]neçessario he que confirme ho que diguo cõ Ioam Roiz de Sá de meneses Alcaide mór da çidade do Porto, senhor de seuer [...] ho qual sabendo ho trabalho em que eu andaua mescreueo hũa carta da çidade do Porto, onde reside, em Nouembro de Mil quinhentos çinquenta, & oito, [...] a quem se pode dar inteira fê pola muita, & varia liçam, & doctrina que nelle há nas Artes liberaes, & Philosophia, & experiencia das cousas que de seu tempo aconteceram nestes Regnos, & outros.²

Testemunha privilegiada do seu tempo, o filho de Henrique de Sá assumiu também um papel de protagonista nos ambientes cortesãos, seguindo um percurso que poderá ver-se como o paradigma do de um fidalgo jovem, ambicioso e aberto às novas correntes culturais no reinado de D. Manuel. Desse período da sua vida ficou testemunho duradouro nas páginas do *Cancioneiro Geral* organizado por Garcia de Resende, não só através da sua colaboração, mas também pelos ecos que dele ficaram em composições de outros autores. As numerosas obras poéticas de sua autoria têm sido referidas como especialmente representativas da sua qualidade literária e da sua atenção às correntes de renovação cultural que chegavam de Itália. Neste momento, no entanto, o que procuraremos encontrar nesse vasto repositório organizado por Resende serão os ecos de acontecimentos relacionados com a sua história pessoal.

¹ ANTT, *Corpo Cronológico*, I, 103, 50. Transcrito in SILVA [TERRA], José da, *João Rodrigues de Sá de Meneses et l'humanisme portugais*, tese de doutoramento dactilografada apresentada à Sorbonne em 1984 (Bibliothèque de la Sorbonne, I 9939, 1-5), III, pp. 260-263.

² Damião de GOES, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1955, IV, 106.

A sua primeira participação em combates no norte de África é objecto da curiosidade algo irónica de um amigo da família, Fernão Brandão, numa «Pergunta» que lhe dirigiu e que, além do mais, dá conta das expectativas que já então, por 1508, eram alimentadas em torno de João Rodrigues de Sá:

Porque sois o mais louvado
de quantos vimos nacer,
mandai-me, senhor, dizer,
porque fique descansado,
se levais maior cuidado
de morrer,
se de virdes murmurado.
E se fama de nobreza,
se cristãao, se gentileza,
qual vos toca nesta ida
e tambem se vossa vida
nela padece tristeza.³

Esta composição, naquele estilo joco-sério tão característico de um grande número de composições cançãoeiris – sobretudo quando os textos assumem um carácter de quase corespondência familiar –, refere as motivações que poderiam levar um jovem nobre de vinte e poucos anos a combater em África. Fernão Brandão enuncia-as com clareza: o desejo de nobilitação e de fama, o espírito de cruzada, o capricho algo leviano de se fazer notado. A resposta de Sá de Meneses dá conta das suas intenções e dos seus objectivos:

Sem tocar no lijonjado,
pera mais me nam deter,
quero logo responder
que vou, senhor, mui armado
da lembrança do passado,
que fez ser
este meu nome estimado.
Tambem temor de vileza
e de danar a lindeza,

³ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda DIAS, Lisboa, 1990, II, 362.

por mal assadas de vida,
faz à vontade crecida,
a qual sobretudo preza
catolica fortaleza.⁴

Desta primeira presença nas praças portuguesas norte-africanas dá testemunho uma curiosa composição dirigida pelo jovem Sá a seu tio D. João de Meneses, incentivando-o a tomar de assalto a praça de Azamor:

Soube vencer Anibal,
mas nom usar da vitoria,
que de Roma tinha a vida,
e se crera Marhabal
ficara sua memorea
sobre todas estendida.
Por isso vede, senhor,
nom é isto aconselhar,
senom fazer-vos lembrança
que, se querês Azamor,
nom vos compre d' esperar
que se siga outra mudança.⁵

O episódio encontra-se registado no capítulo 27 da crónica de Damião de Góis. Por ela ficamos a saber que D. João de Meneses saiu da barra de Lisboa no dia 26 de Julho de 1508 e, depois de um compasso de espera em Lagos, se dirigiu para Azamor, cidade que bombardeou em 12 de Agosto. O assalto por terra não correu da melhor forma, e João Rodrigues de Sá de Meneses viu-se, mesmo, em dificuldades sérias, dado que os mouros lhe mataram o cavalo, fazendo-o cair no chão e tê-lo-iam matado se, como escreve o cronista, «lhe nam acodiram João homẽ, & Diogo fernandez de faria que depois foi adail de Goa que mattou ho alcaide que derribara João roiz, & João roiz è caindo ho alcaide se sobio na seu caualo, & assim se saluou.»⁶

⁴ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda DIAS, Lisboa, 1990, II, 362-363.

⁵ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda DIAS, Lisboa, 1990, II, 440.

⁶ Damião de GOES, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1955, II, 93-94.

A necessidade de socorrer Arzila desviou D. João de Meneses da empresa iniciada. Deste episódio ressaltam, contudo, dois factos que cumpre evidenciar. O primeiro diz respeito ao modo como João Rodrigues de Sá de Meneses utiliza a linguagem poética para instar o tio a levar a cabo o desígnio de D. Manuel, conquistando Azamor. Isto parece mostrar que, por um lado, a corte de Lisboa, enquanto espaço de produção e consumo cultural e literário, de algum modo se transferia ocasionalmente para as praças africanas, e, por outro lado, que a poesia teria, nesta corte, uma função que podia exceder o mero passatempo destinado a iludir o ócio dos tempos de paz. Correndo o risco de forçar a nota, quase poderia dizer-se que o jovem Sá não fora para os campos de batalha apenas armado da espada do soldado, mas também levara consigo a pluma do poeta. Salvaguardadas as devidas distâncias, coincidia neste procedimento com a prática confessada por Garcilaso de la Vega, na sua égloga III:

Entre las armas del sangriento Marte,
do apenas hay quien su furor contraste,
hurté de tiempo aquesta breve suma,
tomando, ora la espada, ora la pluma.⁷

A segunda nota que resalta deste episódio do assalto frustrado a Azamor é o modo como diferentes elementos da mesma família se apoiam entre si. Este facto tornar-se-á mais evidente se lermos o relato de Damião de Góis relativo aos acontecimentos que se sucederam à tentativa mal sucedida de tomar esta praça do Norte de África:

Partido dom Ioam de meneses da barra Dazamor, seguindo ho regimêto que pera isso tinha delRei, se foi aho estreito de Gibraltar, onde andou algüs dias cõ sua frota espalhada, [...] & deixando ha mór parte della ã Alcaçer, & por capitã Ioão rodriguez de sá de meneses, seu sobrinho, pessoa de que muito cõfiaua, [...] se ueo a Tãger pera se ver com dõ Duarte de meneses, filho de dom Ioão de meneses conde de Tarouca, que era capitam da çidade, dõde mandãrão recado aho conde de Borba, dom Vasco coutinho, cunhado de dom Ioão, casado com sua irmã, que era capitam Darzila, que compria a seruiço delRei verêsse pera comunicarem algüas cousas de importancia [...]»⁸

⁷ GARCILASO DE LA VEGA, *Poesía castellana completa*. Edición de Consuelo Burell, Madrid, Cátedra, 1987, pág. 121.

⁸ Damião de GOES, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1955, II, 94.

O apoio destes familiares, Dom Vasco Coutinho, casado com D. Catarina de Meneses, irmã de Dom João de Meneses e da mãe de João Rodrigues de Sá, D. Britez de Meneses, revelou-se fundamental durante esta presença no Norte de África. Como assinalamos já, Sá de Meneses não se esquece de o referir, quase 50 anos depois, na carta autobiográfica que enviou à rainha D. Catarina. Não deixa de sublinhar também nesse texto a importância que o cargo de camareiro-mor do futuro D. João III, desempenhado por esse mesmo D. João de Meneses, poderia ter para a sua afirmação junto do futuro rei. Com efeito, nessa carta de 1559, Sá de Meneses lembra a D. Catarina que sempre acompanhara o tio materno no serviço do Príncipe, «dês que foi de quatro ou cinco anos». Não é este, contudo, o único aspecto em que poderemos encontrar testemunhos de uma grande proximidade entre tio e sobrinho. Numa outra composição do *Cancioneiro Geral*, redigida por Fernão Brandão e dirigida a Henrique de Sá, pai de João Rodrigues, ficamos a saber que tanto o tio como o sobrinho se dedicavam ao cultivo da arte musical. De facto, quando Fernão Brandão quer saber notícias de João Rodrigues, que sabia ter regressado recentemente de África, Henrique de Sá responde-lhe que o filho não deveria vir ao Porto tão cedo, uma vez que tinha preferido ficar junto de D. João de Meneses, ocupado em trabalhos de índole poético-musical:

Nom quer cá vir no Veram,
que tem obras nũ caderno
pera solfar est' Inverno
com seu tio Dom Joham.⁹

Nesse ano de 1509, em vez de visitar os familiares e amigos que viviam no norte do país, João Rodrigues preferiu ficar junto do seu tio, provavelmente com o intuito de reforçar a sua presença na sociedade cortesã manuelina, onde o casamento com uma filha do poderoso veador da Fazenda real, o primeiro Conde de Vila Nova de Portimão, D. Martinho de Castelo Branco, lhe havia de permitir o acesso aos corredores mais próximos do poder político. Este casamento não passou despercebido a Garcia de Resende, que o incluiu entre as principais ocorrências verificadas na corte, numas trovas com que procurou satisfazer a curiosidade de Manuel de Goios, «qu'estava por capitam na Mina e lhe mandou pedir que lhe escrevesse novas da Corte»:

⁹ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda DIAS, Lisboa, 1990, II, 372-373.

Dona Camila casou
com Joam Roiz de Saa,
no outro dia a levou,
nisto muitas cousas haa
de que vos conta nam dou.
Convidou as damas todas,
ü dia ante das vodas,
Dom Martinho a gentar,
houv' ahi tal que casar
desejou mais qu' aves gordas...¹⁰

O conjunto de referências a factos e personagens avançadas pelo compilador do *Cancioneiro Geral* nesta composição permitiram a A. Braamcamp Freire fixar nos meses de Março ou Abril de 1510 a sua redacção.¹¹ Esta ligação matrimonial com a filha de uma figura que tinha um acentuado peso político junto do rei é uma demonstração do prestígio que o jovem Sá havia conquistado nos primeiros 15 anos do reinado manuelino e um claro indício das suas pretensões quanto a uma carreira na política nacional. Este casamento com a filha de D. Martinho de Castelo Branco veio colocar em destaque o herdeiro dos Sás e levou mesmo uma personalidade como Cataldo a reparar na figura do jovem João Rodrigues de Sá. De facto, a primeira referência que o humanista italiano dedica ao genro do Conde de Vila Nova de Portimão vem incluída num poema latino que terá sido redigido até 1511. Como informa Américo da Costa Ramalho, num bem informado trabalho que dedicou ao relacionamento entre Cataldo e João Rodrigues de Sá de Meneses, esse poema, *Verus Salomon, Martinus*, terá resultado da necessidade que o autor terá experimentado de «saldar os serviços que D. Martinho lhe prestara, nomeadamente, no pagamento de vencimentos em atraso, que lhe eram devidos pelo erário régio».¹² Numa carta que endereçou ao conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, personalidade a quem ia dedicado o referido poema latino, Cataldo assinalava que o genro de D. Martinho não era das suas relações, tendo sido em casa do Conde de Vila Nova de Portimão que pudera conhecer melhor «esse rapaz, por ter podido ouvi-lo, falar com ele e

¹⁰ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda DIAS, Lisboa, 1990, IV, 259.

¹¹ BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo, *Vida e Obras de Gil Vicente, «Trovador, Mestre da Balança»*. 2ª edição, Lisboa, 1944, pág. 85.

¹² Américo da Costa RAMALHO, «Cataldo e Rodrigues de Sá de Meneses», in *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, pág. 53.

trocar impressões». ¹³ A imagem que guarda dele é a melhor: «Não sei dizer em que mais se distingue, se na bela presença física, se no talento, se na modéstia e excelente carácter, se na suave eloquência ou na aptidão para a vida.» ¹⁴

Embora fossem reconhecidos os méritos de João Rodrigues de Sá, a verdade é que a protecção de D. Martinho lhe garantiu uma visibilidade mais destacada e o colocou em ambientes mais próximos daqueles em que eram tomadas as grandes decisões. O jovem marido de D. Camila de Noronha mostra ter clara consciência disso. Quando regressa ao norte de África, é D. Martinho de Castelo Branco que, na sua qualidade de Veador da Fazenda, dá despacho à armada que o Duque de Bragança, D. Jaime, chefiava e que haveria de conquistar finalmente Azamor, no Verão de 1513. Nesta campanha também participaram os seus tios D. João de Meneses – que ia nomedo para assumir o comando da expedição se D. Jaime viesse a morrer no seu decurso – e D. Vasco Coutinho. Na companhia deste último tinha antes participado na defesa de Arzila e Tânger, em 1511.

Este último regresso a África ofereceu-lhe a oportunidade para elaborar uma composição em oitavas, dirigida a Aires Teles, onde expõe, de um modo muito claro, o ideal de uma nobreza que procurasse aliar a prática das Armas com o cultivo das Letras:

Algũa esperança que receberês,
a minha prove era antre vossos loureiros,
me dão os enxempros de mil cavaleiros
nos quaes nunca a Febo Mars foi descortes.
E que Hercoles trouxe, como vós sabeis,
as Musas consigo per onde quer qu' ia,
os monstros matando e quanto trazia
o lebre de Pluto das cabeças tres.

Chamava Alexandre seu companheiro
aaquele das Musas espelho e arreo
que o filho immortal faz ser de Peleo
Na paaz e na guerra lhe era praceiro,

¹³ A. Costa, «Cataldo e João Rodrigues de Sá de Meneses», in *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, pág. 55.

¹⁴ A. Costa, «Cataldo e João Rodrigues de Sá de Meneses», in *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, pág. 55.

nem se despreçava de ser Scipiãao,
Enio em amor, quasi em grao de irmãoo,
d' engenho mui grande e n' arte grosseiro.

Pois nom bota a lança, ante a faz aguda,
a disciplina da filosofia¹⁵,
a doce, descreta, gentil poesia
que os grandes spiritus esforça e ajuda.
Nom o desprece de si nem excluda
este exercicio vosso coração,
que Mars jaa foi visto na doce prisão
da deosa mui branda que os fortes muda.¹⁶

O interesse pelo estudo das Letras e pelo estudo dos clássicos tinha já sido destacado como um dos motivos que justificavam a admiração de Cataldo pelo genro do Conde de Vila Nova de Portimão:

¹⁵ Estes versos aludem claramente a um passo do «Prohemio» de Santilhana aos seus *Proverbios o Centiloquio*, dirigido ao Infante D. Enrique de Castela, em que D. Iñigo defende que «la sciencia non embota el fierro de la lança, ni hace floxa la espada en la mano del cavallero» (cf. SANTILLANA, D. Iñigo López de Mendoza, Marqués de, *Obras completas*. Edição, introdução e notas de Ángel Gómez Moreno e Maximilian P. A. M. Kerkhof, Barcelona, 1988, pp. 218-219). Sobre a importância, teórica e prática, do Marqués de Santilhana na divulgação na Península Ibérica do ideal de cavaleiro que conjuga as Armas com as Letras, é elucidativo o estudo de Peter E. RUSSELL *Las Armas contra las Letras: para una definición del Humanismo español del siglo XIV*, in *Temas de La Celestina y otros estudios*, Barcelona, 1978, pp. 207-239. Neste estudo, a páginas 213, Russell escreve: «La carrera literaria del proprio Santillana dice mucho sobre el conflicto entre armas y letras en Castilla en la primera mitad del siglo XV. Santillana trató el tema en un libro que escribió en 1437 para animar al príncipe D. Enrique de Castilla, heredero del trono, a interesarse por las letras. “La sciencia”, aseguraba él al príncipe, “non embota el fierro de la lança, nin hace floxa el espada en la mano del cavallero”. Luego daba muestras de que esa afirmación no era una mera figura retórica adecuada a la dedicatoria de un libro a un joven príncipe, pues ponía en guardia a Enrique contra los de su séquito que pudieran despreciar tales libros y decirle que lo que importaba a un soberano era ocuparse únicamente del gobierno y de la defensa de su reino y de la conquista de los territorios enemigos.» A asserção de Santilhana teve uma vasta repercussão, sendo citada, por exemplo, pelo seu sobrinho, Gómez Manrique, no «Prohemio» ao seu *Cancionero* (posterior a 1476) e, em Portugal, por Sá de Miranda, na «Carta» a João Rodrigues de Sá de Menezes – «O marques de Santilhana, / Homem de braço e saber, / Antre a gente castelhana, / Da lança soia dizer / Coas letras que se não dana», in Francisco de Sá de MIRANDA, *Poesias*. Edição de Carolina Michaelis de Vasconcelos, reprodução do exemplar com data de 1885 da Biblioteca Nacional, INCM, 1989, pág. 207 – e Luís de Camões – «Vai César sojugando toda França / E as armas não lhe impedem a ciência», in *Os Lusíadas*, V, 96.

¹⁶ *Pergunta de Joam Rodriguez de Saa a Aires Telez, quando o Duque ia a Azamor*, in *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda DIAS, Lisboa, 1990, II, pp. 471-472.

Não se contentou com os bens de pais e avós, como é habitual em quase todos os nobres nestes tempos que correm, mas consagra-se às letras com tanto afincio, lendo e interrogando os que mais sabem, como se por elas tivesse que procurar sustento.¹⁷

Os interesses literários de João Rodrigues de Sá de Meneses levavam-no a procurar um ideal de nobreza que, tal como escreve Cataldo, não estava nas tradições nacionais. No entanto, de Itália iam chegando ecos que davam conta do carácter nobilitante das Letras e que propunham modelos de comportamento onde estas coexistissem, em perfeito equilíbrio, com a nobreza alcançada pelas Armas.

Este era um ideal de nobreza que Cataldo partilhava e que, enquanto preceptor, procurava formar na pessoa de D. Pedro de Meneses. Isto poderá justificar que lhe tenha apresentado o retrato de Sá de Meneses que ficou acima referido. Mesmo admitindo que esta carta do humanista italiano visasse sobretudo estimular a emulação entre os dois fidalgos, estes textos ajudam-nos a ver como se procurava intencionalmente criar, no seio de uma juventude que parece ter tido os seus expoentes no conde de Alcoutim e em João Rodrigues de Sá de Meneses¹⁸, esse ideal humanista de uma nobreza com Letras.

Neste esforço de concretização de um novo ideal de nobreza deverá enquadrar-se a redacção das trovas em que Sá de Meneses se propôs «declarar alguns escudos de Armas de algumas linhagens». Na décima que dedicou à sua família, o herdeiro dos Sás lançou as bases de uma lenda genealógica que passaria a assinalar uma união familiar entre os Sás portugueses e os Colonnas romanos. É hoje claro, sobretudo depois das investigações de José Terra, que a referência feita nesta composição — elaborada depois de 1513, dado que nela se alude à tomada de Azamor pelo Duque de Bragança — não assenta em qualquer base histórica. Mesmo se o autor afirma, no fecho da composição, ter visto «per scritura» as informações que divulga, devemos reconhecer que a ascendência romana dos Sás se enquadra mais no domínio da construção mítica do que da realidade histórica. Nisto também, João Rodrigues de Sá de Meneses se mostra em sintonia com os modelos italianos do Renascimento que procuravam elaborar genealogias que faziam remontar as origens familiares até um passado mítico que poderia mesmo chegar aos primórdios da civilização egípcia...

¹⁷ A. Costa RAMALHO, «Cataldo e João Rodrigues de Sá de Meneses», in *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, pág. 55.

¹⁸ A. Costa RAMALHO assinala, de passagem, que os dois fidalgos deveriam ter a mesma idade. Em 1511, quando Cataldo termina o poema *Vero Salomon, Martinus* e o envia, com a carta referida, ao Conde de Alcoutim, andariam ambos pelos 24 anos. Cf. RAMALHO, A. Costa, «A Introdução do Humanismo em Portugal», in *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, pág. 18.

Procedendo assim, terá querido aliar uma ascendência familiar ilustre no plano das Letras a uma inegável ascendência ilustre no domínio das armas, representada pela então já lendária figura do «Sá das galés». Apesar de João Rodrigues de Sá de Meneses ter, com toda a probabilidade, elaborado este episódio linhagístico de uma união matrimonial com uma das mais importantes famílias de Itália apenas para dourar o braço familiar, devemos reconhecer a sua funcionalidade no plano social e cultural, uma vez que ele passou a constituir um dos elementos definidores da especificidade desta família, que haverá de ser celebrado pelos seus membros e reconhecido pelos estranhos, tendo-se tornado num dos mitos aglutinadores não só da família em sentido restrito, mas de todo o clã de literatos que gravitou em seu torno.

Tanto pela via das Armas, nas praças africanas, quanto pela via das Letras, ilustrando-se pelo estudo e ilustrando as tradições familiares através das suas obras, o herdeiro do nome dos Sás prosseguiu a sua ascensão na vida social e política, durante o reinado manuelino. O seu prestígio pessoal e, certamente, a influência do sogro junto do poder régio fizeram com que D. Manuel lhe atribuísse a missão de o representar junto do rei D. Fernando de Castela, quando este foi acometido da doença que o levaria à morte. Como relata Damião de Góis, no cap. 1º da 4ª parte da sua crónica, o monarca castelhano faleceu em 23 de Janeiro de 1516, quando João Rodrigues de Sá de Meneses já se encontrava junto dele, em Madrigalejo. Tendo escrito a D. Manuel a dar-lhe notícia do que sucedera, o Venturoso confiou-lhe a missão de o representar na corte castelhana, devendo entregar pessoalmente à rainha viúva e ao Infante D. Fernando as cartas de pêsames que lhes escrevera. Pôde, assim, o fidalgo português ter experiência da Corte de Castela, uma vez que aí permaneceu durante oito meses.

Se não sabemos até que ponto esta primeira missão diplomática ficou a dever-se às movimentações de D. Martinho de Castelo Branco, já podemos afirmar que em 1521, quando acompanhou à Sabóia a Infanta Dona Beatriz, filha de D. Manuel, foi sob a protecção e autoridade do Veador da Fazenda que o fez. Com efeito, D. Martinho era o general da armada de dezoito velas que, saída da barra de Lisboa em 10 de Agosto, haveria de conduzir a princesa ao porto de Nice, onde chegou em 29 de Setembro. Garcia de Resende elaborou um relato em que registou os acontecimentos verificados na partida de D. Beatriz, referindo detalhes de todo o magnífico esplendor desta embaixada e nele refere que D. Manuel confiou a sua segunda filha ao Conde, o qual, por sua vez, «a leou ate a entregar ao senhor Duque seu marido»¹⁹ Nesta viagem, de grande responsabilidade e prestígio, em

¹⁹ Garcia de RESENDE, «Hida da Infanta Dona Beatriz pera Saboya», in *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973 [aliás, 1991], pág. 323.

que o aparato e ostentação se mostravam como parte intrínseca da linguagem diplomática, o Capitão Mor seguiu, como escreveu Damião de Góis, «muim bem acompanhado de criados, & parentes, & quatro filhos, & quatro genros, & tres netos»²⁰. Entre estes, encontrava-se João Rodrigues de Sá, que poderá ter conhecido pela primeira vez terras italianas, dado que não tem sido possível confirmar hipotéticas estadas suas em paragens transalpinas em datas anteriores.

Alguns meses depois, morria D. Manuel. Curiosamente, pouco mais terá durado a presença na Corte de João Rodrigues de Sá de Meneses. Circunstâncias da sua vida pessoal levaram-no a abandonar os ambientes mais próximos do poder e a instalar-se na cidade onde estavam as suas origens familiares, o Porto. Com efeito, pouco tempo depois de D. Manuel, provavelmente nos primeiros meses de 1522, viria a falecer D. Catarina de Noronha. No ano seguinte, também o pai, Henrique de Sá, havia de morrer e, assim, a partir de 1524, assumindo as responsabilidades de alcaide-mor do Porto, instalou-se definitivamente na capital do Norte. Embora poucas vezes tenha estado de novo na Corte, Sá de Meneses pôde, nesses pouco mais de vinte e cinco anos que durou o reinado manuelino, criar de si uma imagem que perduraria na memória daqueles que com ele partilharam os ambientes da corte, como o seu parente Francisco de Sá de Miranda, e que havia de alimentar o imaginário mítico de outra geração mais nova que, como António Ferreira e Andrade Caminha, um dia haveriam de o considerar o «pai das Musas desta terra». Essa imagem, com tudo o que de «cultural» implica, construiu-a Sá de Meneses no tempo e no espaço social da corte de D. Manuel, para o que contribuíram tanto os seus feitos de Armas, quanto os seus trabalhos poéticos. Como judiciosamente escreveu o Prof. Costa Pimpão, João Rodrigues de Sá de Meneses é um «dos raros poetas que, no *Cancioneiro Geral*, deixam entrever novas aspirações de cultura...» Talvez não seja exagerado dizer-se, até, que não apenas as deixa «entrever», mas vai ao ponto de ostentar com orgulho essas suas aspirações de uma renovação cultural orientada pelos estímulos e pelos modelos que iam chegando de uma Itália plenamente entregue ao humanismo renascentista ...

Luis Fardilha

²⁰ Damião de GOES, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1955, IV, 186.